

Informação e interpretação: uma leitura teórico-metodológica

Marco Antônio de Azevedo

Professor Adjunto do Instituto de Psicologia da PUC-MG. Mestre em Administração pelo CEPEAD/FACE/UFMG. Doutorando na Escola de Ciência da Informação da UFMG.

A ciência da informação (CI) passa por um momento particular, no qual os chamados paradigmas físico e cognitivista têm sido rediscutidos e o paradigma social vem ganhando espaço. Observa-se que o termo informação tem sido usado pela CI com uma conotação de interpretação, como alternativa à idéia de representação e que a aproximação da hermenêutica com a dialética pode ser uma referência teórico-metodológica para a área. Este trabalho sintetiza leituras sobre pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais (CHS) aplicáveis aos estudos informacionais.

Palavras-chave: Ciência da Informação; Métodos qualitativos; Representação; Interpretação; Hermenêutica; Dialética.

Recebido em 16.07.2004

Aceito em 22.11.2004

Introdução

O objetivo desse trabalho consiste em apresentar as bases do método hermenêutico-dialético tal como proposto por Minayo (2002), de maneira a extrair dele algumas implicações teórico-metodológicas para a ciência da informação – CI -. Considera-se que a CI vive, atualmente, um momento muito particular e desafiador, no qual rediscute seu objeto, supera modelos e, sobretudo, busca novos espaços e perspectivas de pesquisa. Essa possibilidade de abertura a novos campos deve, no entanto, ser acompanhada de uma busca de referenciais consistentes que dêem sustentação aos trabalhos de investigação.

A importância e a utilidade desse tipo de reflexão para o campo de estudos da informação evidenciaram-se a partir de uma leitura preliminar de Capurro (2003) e, posteriormente, de Capurro e Hjørland (2003), na qual evidencia-se a necessidade de uma definição de CI que permita diferenciá-la de outras disciplinas que também lidam com a informação, dando-lhe, assim, maior identidade e consistência, condições importantes para o crescimento do campo, não só em relação à pesquisa, mas também em relação à prática profissional. É nesse contexto que propõe-se uma reflexão epistemológica baseada na hermenêutica, em busca de um maior nível de abstração e compreensão da própria CI.

Para melhor entender o significado da proposição de Capurro (2003), talvez seja interessante recordar, ainda que de uma maneira breve e sintética, que a epistemologia, como campo da filosofia, dedica-se tradicionalmente ao “*estudo crítico dos princípios, hipóteses e resultados das ciências já constituídas*”, visando identificar seus fundamentos lógicos, seu valor e seu alcance objetivo. Para Mora (2001) os termos epistemologia e gnosiologia significam *teoria do conhecimento* e são freqüentemente usados como sinônimos, embora, mais recentemente, gnosiologia tenha passado a ser utilizado no sentido geral de teoria do conhecimento, enquanto epistemologia tenha ficado reservado para designar, especificamente, a teoria do conhecimento científico. Assim, a reflexão epistemológica sobre um determinado campo científico, embora não tenha, diretamente, objetivos práticos de resolução de problemas imediatos, serve como base para seu crescimento e para a qualidade dos debates desenvolvidos, permitindo à comunidade de pesquisadores e profissionais um entendimento mais aprofundado acerca de sua própria identidade.

No presente exercício de leitura busca-se, a partir da idéia de *interpretação*, que é central na hermenêutica, algumas contribuições que possam apoiar a construção de uma maneira de olhar os fenômenos informacionais, ou seja, um referencial teórico-metodológico para estudar a informação como um fenômeno de natureza sócio-cultural.

Para uma melhor contextualização, deve-se dizer, ainda, que insere-se, em um primeiro momento, em um esforço mais amplo, que visa a formulação/construção de um objeto de estudo que focalize as práticas informacionais de uso e geração de informações em movimentos e/ou organizações comunitárias, que constituem aquilo que tem sido chamado de terceiro setor, dentro da linha de pesquisa que articula as relações entre informação e sociedade.

Nesses movimentos, que começaram a ganhar corpo no Brasil no início da década passada, embora haja intensa troca de informações, formação de verdadeiras redes de solidariedade e produção de conhecimentos socialmente relevantes, pouco conhecimento é registrado, razão pela qual o pesquisador lida com situações de informalidade, na qual a informação está em movimento.

Acredita-se que, com esse exercício de leitura, possa-se encontrar perspectivas para abordagem e análise dos fenômenos informacionais em contextos da vida social contemporânea, marcados por grande diversidade cultural, com maior profundidade, ou seja, de forma a assumir sua complexidade, numa perspectiva sócio-histórica. Assim, para além das representações, o fenômeno informacional é, então, concebido como produto da interpretação e para além do consenso, é concebido como produto do conflito e da luta pela definição dos sentidos.

Demarcações iniciais

Capurro (2003) aponta as possibilidades que a hermenêutica, teoria filosófica desenvolvida por Gadamer, pode oferecer à CI. O termo *hermenêutica*, do grego *hermeneuein*, significa *interpretar* e também *anunciar* e é o mais adequado para caracterizar esse método das ciências do espírito¹, uma vez que essas buscam uma *compreensão ou uma interpretação* dos fenômenos humanos e sociais, enquanto as ciências naturais buscam uma *explicação causal* para os fenômenos físicos. Caracteriza-se, portanto, pela busca de uma verdade histórica, sempre aberta e mutável, apropriada ao agir e pensar humanos, diferentemente do método de explicações causais, adequado ao estudo de fenômenos naturais, submetidos a leis universais e invariáveis.

De acordo com Capurro (2003), outras escolas filosóficas do século XX, como o racionalismo crítico de Popper, a filosofia analítica e a teoria da ação comunicativa de Habermas e Apel criticaram a hermenêutica, sobretudo por essa separação metodológica entre as ciências humanas e sociais – CHS – e as ciências naturais. Apesar das diferenças pode-se considerar, entretanto, que há certa concordância em relação ao caráter *fundamentalmente interpretativo do conhecimento*. Assim, Popper dizia que todo conhecimento tem um caráter conjectural, o que não está muito distante da afirmação de Gadamer, no sentido de que toda compreensão baseia-se numa *pré-compreensão*. Em ambas as afirmações, está implícito o relevante e decisivo papel do intérprete ou, melhor dizendo, de uma comunidade de intérpretes.

Para Capurro (2003), a CI nasce da biblioteconomia e da documentação em meados do século XX, com o paradigma físico que é questionado por um enfoque cognitivo que, por sua vez, é re-questionado por um paradigma pragmático social, do qual ele mesmo é um colaborador direto.

Dois seriam as raízes da CI: a biblioteconomia e a computação digital. Enquanto a primeira remete-nos às origens (ainda que obscuras) da sociedade humana, à tradição, à permanência, numa rede de relações humanas baseada na linguagem, num âmbito hermenêutico aberto, a segunda, mais recente, possui um forte caráter tecnológico e está relacionada ao impacto da computação sobre os processos informacionais.

Na sua essência, o *paradigma físico* diz que existe algo (um objeto físico) que um emissor transmite a um receptor. Esse objeto, designado por mensagem (ou sinal) deve ser reconhecido, univocamente, pelo receptor, atendidas determinadas condições, ligadas à ausência de ruídos e à utilização dos mesmos signos. Essa teoria, desenvolvida por Shannon e Weaver e tomada como modelo na CI, implica uma analogia entre transporte físico de um sinal e a transmissão de uma mensagem.

Os modelos físicos, que excluem o sujeito cognoscente, referindo-se

¹ Procurando manter a hermenêutica mais próxima da filosofia e preservar uma herança humanista que pudesse distingui-la da ciência moderna, inaugurada com a revolução técnico-científica do século XIX, de cunho positivista, tecnológico e mais recentemente gerencial, Gadamer denomina as ciências humanas e sociais – CHS – como ciências do espírito.

Endereço do autor:

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Instituto de Psicologia – Campus BHI. Av. Dom José Gaspar 500 – Prédio 12 – Bairro Coração Eucarístico – CEP: 30535-610 – Belo Horizonte – MG. Fone: (31) 33194235 – Endereço eletrônico: mantonio@pucminas.br

a um receptor de mensagens sempre passivo, têm limitações que vão evidenciar-se a partir de seu uso na recuperação de informação – RI –, com seus esquemas e modelos de representação do conhecimento. Entretanto, aos poucos vão surgindo tentativas de inclusão das dimensões semânticas e pragmáticas, não contempladas anteriormente, nos sistemas de RI, que já começam a fazer referência ao processo interpretativo do sujeito cognoscente ou, mais concretamente, do usuário. Além disso, esses mesmos limites, na medida que tratam a informação como uma *coisa*, independente de um sujeito cognoscente, vão estimular o surgimento de um paradigma oposto.

Brookes, precursor do paradigma cognitivo, baseando-se na epistemologia e na ontologia de Popper e seus três mundos: físico, da consciência e dos registros intelectuais, toma esse último como uma espécie de rede que existe somente nos espaços cognitivos ou mentais e chama-os de informação objetiva. A partir daí, Belkin desenvolve a *teoria dos estados cognitivos anômalos* na qual considera que a busca de informação tem origem numa necessidade ou situação problemática e Ingwersen desenvolve a *teoria dos modelos mentais*. Vakkari, por sua vez, estabelece relações entre os estados anômalos e as estratégias de busca de informação.

Capurro (2003) vê Ingwersen e Vakkari numa posição intermediária entre Brookes e o *paradigma social*, que tem como referências Shera, Frohmann, Brier, Hjørland e o próprio Capurro. Para Frohmann, o paradigma cognitivista é essencialmente reducionista, idealista e a-social.

Segundo Capurro (2003), a teoria crítica e, mais particularmente a hermenêutica, vão proporcionar um novo marco epistemológico para o paradigma social da CI, sobretudo porque, nessa perspectiva, as diferentes *comunidades de interpretação* vão desenvolver diferentes critérios de seleção e relevância para as informações. Na verdade, são essas comunidades, como sujeitos cognoscentes sociais, que vão dizer, segundo seus próprios critérios de seleção e relevância, o que é ou deixa de ser informação, num processo sócio-histórico que determinará, em grande medida, aquilo que tem ou deixa de ter sentido em diferentes contextos. Assim, segundo Capurro (2003):

“a primeira consequência prática desse paradigma é o de abandonar a busca de uma linguagem ideal para representar o conhecimento ou de um algoritmo ideal para modelar a recuperação da informação, como aspiram o paradigma físico e o cognitivo.” (p.9)

A idéia de informação em CI ficará relativizada, no sentido de que um determinado conhecimento será considerado informativo somente na medida em que for um avanço, ou seja, não for redundante, em relação a pressupostos compartilhados por um grupo ou comunidade determinada. Na RI, por exemplo, *seleção* e *relevância* se tornarão muito próximas do conceito hermenêutico de *pré-compreensão* (*vorverständnis*).

Fala-se, então, em *“informação como conhecimento em ação”* e em *“conhecimento como informação potencial”* (CAPURRO: 2003). Isso significa que o trabalho informativo é um trabalho de permanente contextualização do conhecimento na prática, ou seja, o valor de uma informação não se define *a priori*, mas a partir de uma demanda concreta, de um determinado grupo, num determinado contexto ou situação sócio-histórica. Tudo isso implica um trabalho interpretativo para produtores, mediadores e usuários ou receptores das informações.

Mais do que numa teoria da informação, Capurro (2003, p. 17) fala, então, de uma *teoria das mensagens* ou de *oferta de sentido*, na qual o usuário

ou uma comunidade de usuários vai exercer um papel ativo, selecionando as informações a partir de um processo de compreensão e interpretação, numa atividade que “*procede não só de sua consciência ou de seus modelos mentais mas de seus conhecimentos e interesses prévios que estão entrelaçados na rede social e pragmática que lhes dá sustentação.*”

É nesse contexto que surge, por exemplo, a análise de domínio propondo a idéia de que diferentes objetos são informativos em relação à divisão social do trabalho, ou seja, tendo em vista diferentes comunidades de interpretação. Nessa perspectiva a informação é um conceito subjetivo, mas não no sentido unicamente individual do termo, pois inclui os processos sócio-culturais que integram os critérios de seleção daquilo que é ou não é informativo.

Representação e interpretação

A argumentação e a problematização epistemológica de Capurro (2003) fornecem-nos um conjunto de indicações para melhor entender os fenômenos informacionais numa perspectiva filosófica. Capurro e Hjørland (2003) observam que os usos que se fazem modernamente do termo informação encontram-se num período inconcluso, de transição, do sentido clássico de *moldar a substância, dar forma* e, portanto, representar, para um sentido mais próximo à idéia de interpretação, ou seja, um entendimento da informação como produto de uma atitude interpretativa sobre o mundo.

Esse esforço de reflexão epistemológica é, além de importante, pois busca a re-humanização do conceito de informação, ao inseri-lo num contexto sócio-cultural, também oportuno, pois ocorre num momento de amadurecimento da área, no qual crescem os debates e os questionamentos sobre os fundamentos dos chamados paradigmas físicos e cognitivistas.

Capurro e Hjørland (2003) consideram que “*diferentes conceitos de informação dentro da CI refletem tensões entre uma abordagem subjetiva e (outra) objetiva*” (p. 345) e que o conceito de interpretação (ou seleção) seria uma ponte entre esses dois pólos. Isso significa que a abordagem objetiva, ao considerar a informação apenas como coisa ou como um objeto fora do sujeito, baseia-se na suposição de que uma noção de sentido não é necessária à CI, dispensando o sujeito e a subjetividade como partes integrantes do fenômeno informacional, esquecendo-se os mecanismos subjetivos que respondem pela interpretação, discriminação ou seleção da informação. Assim, não se pergunta sobre os mecanismos de processamento da informação ou mecanismos de liberação, ou seja, os selecionadores ou intérpretes. Isso quer dizer que a informação, um fenômeno estudado em diferentes disciplinas, segundo diferentes conceitos, assumindo as mais variadas formas, é processada (interpretada) de múltiplas maneiras. A biologia, por exemplo, estuda a informação processada pelos mais variados organismos vivos; a genética como mecanismo de transmissão de características hereditárias; a computação como fenômeno eletro-eletrônico; a comunicação como fenômeno noticioso etc. Nos seres humanos a informação implica numa determinada forma de linguagem (complexa, pois implica em disputas e escolha de sentidos), socialmente desenvolvida, e no uso de diferentes tecnologias.

Assim, Capurro e Hjørland (2003, p. 350) sugerem que o uso do termo informação em CI deve levar em conta a cultura, as pessoas e a subjetividade. O que pode ser considerado informativo “*depende das necessidades interpretativas*

e habilidades do indivíduo”, lembrando que essas são “freqüentemente compartilhadas com membros de uma comunidade de discussão.”

Para Capurro (2003, p. 4), não só as correntes filosóficas que consideram o caráter fundamentalmente interpretativo do conhecimento, dentre elas a hermenêutica, repercutiram na CI, mas também o desenvolvimento da ciência da computação – CC - e as descobertas da neurociência. Em conjunto, elas “revolucionaram a idéia clássica de conhecimento, baseada na idéia de representação, ou seja, de duplicação de uma realidade externa na mente do observador.” Essa mudança foi desencadeada pela “teoria da informação” (Shannon e Weaver) e a *cibernética* (Wiener), na medida que, por sua vez, estimularam a chamada *cibernética de segunda ordem* (Foerster, Maturana e Luhmann) que, juntamente com a *semiótica* (Pierce), influenciaram a discussão epistemológica da CI.

Em Mora (2001), um dos significados de representação (do alemão *Darstellung*) é de *modelo, plano, esquema*, ou seja, imagem, reprodução ou cópia fiel, objetiva e formal de alguma coisa. As teorias do conhecimento que se baseiam na representação, onde está implícita a idéia de réplica e duplicação, tomam a mente humana como uma *tábula rasa* ou um *quadro em branco*, onde se imprimiria, fotograficamente, a realidade externa. Não há interpretação, mas replicação. São diferentes modos de conceber o conhecimento, diferentes modos de conhecer.

Vale lembrar algumas colocações de Buckland, ao reconhecer as raízes e o sentido do paradigma físico nas atividades clássicas dos bibliotecários e documentalistas (informação como coisa), mas observando que o valor informativo não é uma coisa, mas um predicado de segunda ordem, algo que o usuário (sujeito-cognoscente) atribui a qualquer coisa, num processo interpretativo demarcado pelos limites sociais da pré-compreensão. Assim, ao mesmo tempo que é documento (algo tangível, como um livro), a informação tem um valor informativo não tangível, que não é uma coisa ou uma propriedade de uma coisa.

Ao enfocar a necessidade de entender a questão da informação como conhecimento em ação e como oferta de sentido em determinados contextos sociais, onde o papel das comunidades de interpretação é decisivo, ganham relevo os aspectos humanos e antropológicos da informação, sua utilização no cotidiano pelas comunidades, tanto no domínio do senso comum, nas mais diversas situações, como no domínio de comunidades científicas e profissionais. Alarga-se e, ao mesmo tempo, complexifica-se o campo da CI, tanto em termos da pesquisa quanto da atuação profissional, quer dizer, abrem-se novas possibilidades que implicam em novas responsabilidades e, por isso mesmo, em novos estudos em busca de novos referenciais teóricos e metodológicos.

Nesse contexto, Wersig (1993) pensa a CI como uma *ciência nova, pós-moderna*, orientada para a busca de soluções para os problemas criados pela ciência clássica, dentre os quais pode-se destacar o aumento da importância do conhecimento para as pessoas, as organizações e a cultura e, ao mesmo tempo e paradoxalmente, a sua fragmentação. Solucionar problemas, nesse sentido, implica fazer interpretações e dialogar com as comunidades envolvidas.

A ênfase, sobretudo, na questão do sujeito na CI, relativiza a idéia de informação apenas como coisa e abre a possibilidade de se enfocar novos aspectos do fenômeno informacional, legitimando a busca de novos campos de investigação, nos quais a informação não é caracterizada somente como um documento, mas também podendo-se falar numa informação em movimento, sendo comunicada, elaborada e trabalhada em grupos sociais e

gerando conhecimentos relevantes e capital social, por exemplo.

No entanto, essa perspectiva de investigação impõe uma dupla implicação, tanto teórica quanto metodológica. Teórica, porque o objeto da informação é entendido como uma construção social que vai além do autor/ produtor e insere-se num contexto sócio-político (dos quais, por exemplo, os sistemas de classificação do conhecimento são uma expressão), onde a figura do usuário ganha relevo especial porque torna-se um sujeito da informação, e metodológica, porque o pesquisador também não é passivo, possuindo uma identidade com o seu objeto, na medida que o interpreta.

Novos instrumentos precisam, então, ser procurados e a experiência de outros pesquisadores, sobretudo das CHS, mostram-se úteis à CI. Tal é o caso de Minayo (2002), autora que procura discutir a questão da saúde numa perspectiva social, indo além do paradigma biológico priorizado pela medicina. Ela tem investido no fortalecimento de metodologias qualitativas de pesquisa, objetivando, com isso, a produção de novos conhecimentos no campo da saúde pública. Suas considerações sobre a hermenêutica, já apontada por Capurro (2003) como uma importante alternativa para a CI, são enriquecidas por reflexões também sobre a dialética, numa tentativa de síntese, cuja discussão será apresentada a seguir.

Pesquisa qualitativa: alguns pressupostos teórico-metodológicos

Ao buscar uma combinação da hermenêutica com a dialética, Minayo (1992, p. 218) toma-a como um caminho para o pensamento e como uma “*via de encontro entre as ciências sociais e a filosofia.*” A tentativa de síntese realizada coaduna-se com os esforços de natureza teórico-metodológica que vem sendo feitos dentro dessa corrente de estudos relativamente recente em CI, que aborda os fenômenos informacionais sob uma perspectiva sócio-cultural, enriquecendo-a com reflexões sobre a pesquisa qualitativa.

De acordo com Minayo (1992), as ciências possuem um caráter dominante nas sociedades industrializadas pois constituem-se e são consideradas esquemas de explicação dos fenômenos, mais aceitáveis e plausíveis do que outros. Por sua vez, as correntes de pensamento, que estão na base da pesquisa científica nas CHS, devem ser vistas como possibilidades teórico-metodológicas que veiculam diferentes visões de mundo e expressam, historicamente, a realidade social complexa onde foram geradas. O positivismo, a fenomenologia e a dialética, por exemplo, são tendências de interpretação do fenômeno social.

Citando Gurvitch, a autora observa que os aspectos mais visíveis da realidade social, também chamados morfológicos ou ecológicos, admitem expressão através de métodos quantitativos. Entretanto, Weber observa que o caráter definidor das ações sociais reside no sentido que dão a elas seus atores. Isso indica, como assumiu a fenomenologia, que é necessário penetrar nos significados das ações sociais, sobretudo através da linguagem, que é inseparável das práticas e das coisas. Os dados quantitativos são importantes, mas devem ser interpretados qualitativamente, pois não falam por si mesmos.

O funcionalismo, considerado como uma das formas de realização do positivismo, busca a identificação de leis gerais que regem o funcionamento da sociedade, a regularidade dada pelas suas estruturas, isto é, vê a sociedade precedendo o indivíduo. Na realidade, procedendo assim, consegue apenas uma justificativa *natural* para as coisas como elas são e não a sua transformação

pelo questionamento constante das situações, sobretudo aquelas que afigurem-se como passíveis de ser melhoradas.

Nesse contexto, dois pressupostos são assumidos pelas teorias e métodos interpretativos. Em primeiro lugar, a realidade vai além dos fenômenos percebidos pelos sentidos e para ser conhecida precisa ser interpretada e a interpretação, por sua vez, como já foi visto, pressupõe um entendimento prévio, ou seja, uma teoria. Em segundo lugar, o fenômeno social é singular e, portanto, não admite objetividade, mas objetivação, ou seja, a impossibilidade de objetividade no estudo dos fenômenos sociais não implica numa impossibilidade de conhecimento, pois a subjetividade é tomada como parte integrante do processo de investigação.

Tais pressupostos indicam que em CHS deve-se procurar traçar muito mais uma *pintura* (interpretação) do que um *retrato* (representação) da realidade. Isso significa que qualquer trabalho científico é uma criação que carrega a marca de seu autor, o que supõe não só uma recusa de neutralidade, mas, também, a afirmação da necessidade de buscar formas de reduzir a excessiva incursão de *juízos* na realidade. Daí a importância do fortalecimento de metodologias qualitativas de pesquisa para as CHS.

A metodologia de pesquisa em CHS deve ser entendida como a articulação de concepções teóricas, técnicas de apreensão e potencial criativo do pesquisador. As técnicas permitem encaminhar para a prática questões formuladas abstratamente, preservando o pesquisador do empirismo, por um lado, e de divagações abstratas, de outro. Portanto, a pesquisa é indagação e descoberta, uma combinação de teoria e dados.

É dentro desse escopo e dessa visão de CHS que Minayo (2002), reunindo as contribuições de Gadamer, Marx e Habermas, dentre outros, busca com a hermenêutica-dialética fundamentar um método específico para as CHS, considerando que a natureza de seu objeto é histórica e essencialmente qualitativa. Com isso, quer dizer que os problemas humanos e sociais são condicionadas pelas questões e problemas característicos de seu tempo, ou seja, pelos limites do desenvolvimento social de sua época e que os atores sociais, de modo geral, e os pesquisadores, em particular, são, dialeticamente, frutos e autores de seu tempo histórico. Há, portanto, uma identidade entre sujeito e objeto da investigação.

Por qualitativo entende-se que o objeto das CHS é complexo, contraditório, inacabado e está, tal qual a sociedade, em permanente transformação. A realidade social e seus fenômenos só podem ser apreendidos por aproximação, pois é mais rica do que qualquer teoria elaborada sobre ela.

Minayo (2002) procura, então, articulando diferentes contribuições, desenvolver uma postura teórico-metodológica, esclarecendo que está adentrando numa questão que, para a sociologia do conhecimento, coloca-se como subjetivação do objeto e objetivação do sujeito. Busca, com a hermenêutica-dialética, apontar e superar as limitações de cada método isoladamente, construindo um conjunto de indicativos para a realização de pesquisas de base empírica e documental.

Hermenêutica-dialética: método e filosofia

Ampliando a compreensão do termo hermenêutica e procurando explicar sua prática como método de investigação, Minayo (2002) esclarece que ele designa, tradicionalmente, a arte de compreender e interpretar

textos, mas que utilizou-o num sentido mais amplo, como a capacidade humana de se colocar no lugar do outro, no presente (encontro entre o passado e o futuro), mediado pela linguagem (nem sempre transparente em si mesma). Um outro termo chave da hermenêutica é compreensão, pois conta-se com a possibilidade de uns se entenderem com os outros e de se alcançarem (bons) acordos.

O ponto de partida para essa compreensão seria um *estranhamento*, na medida que nem as coisas e mesmo a linguagem são compreensíveis por si mesmas. Assim, a prática da hermenêutica pressupõe um esforço sistemático, metódico, deliberado no sentido de conhecer uma determinada realidade concebendo-a de uma maneira particular. Trata-se, portanto, de uma postura e de uma maneira de se colocar diante dos acontecimentos.

A hermenêutica tenta encontrar não a intenção ou a vontade do autor, mas ir além dele, considerando que os textos (num sentido amplo) dizem muito mais do que quem os escreveu pretendeu dizer. Os textos (uma entrevista, por exemplo), têm, então, uma vida própria, por assim dizer, ultrapassando as pretensões e desígnios de seus autores originais. Os textos, os discursos e as informações de um modo geral, produzem-se e inserem-se num contexto sócio-histórico e adquirem ressonância cultural, significados e sentidos, que escapam ao controle de quem os produziu. Têm, portanto, existência própria e são, em si mesmos, um fenômeno sócio-político que adquire relevância no curso da história .

Tal concepção baseia-se no pressuposto de que o sujeito não se esgota na conjuntura em que vive e, também, não é fruto apenas de sua vontade, inteligência e personalidade. Cada individualidade é manifestação de um viver total. Assim, a compreensão das expressões dos sujeitos (objeto das CHS) refere-se, ao mesmo tempo, ao que é comum a todos eles (estrutura social) e ao que é específico (contribuição peculiar de cada autor). Deve-se ressaltar, no entanto, que o peculiar é entendido em função de um contexto, numa relação parte-todo onde é essencial retornar do todo às partes e vice versa. Para a hermenêutica nada do que se interpreta pode ser entendido de uma só vez e de uma vez por todas.

Conclui-se que o investigador deve procurar entender um autor tentando desvendar o que não é muito claro nem mesmo para ele e extrair do texto novos conhecimentos, considerando, inclusive, que o autor não é o melhor, nem o mais indicado intérprete de sua própria obra. A idéia é de dialogar com o autor, buscando desdobramentos históricos do seu texto, ou seja, o sentido daquilo que está registrado.

Fica implícita a idéia de que o leitor (usuário-receptor da informação ou pesquisador) não é, como já vimos, passivo. Não se pode considerar, nessa perspectiva, que ele apenas recebe argumentos e informações contidas no texto. Assim, a hermenêutica assume que esse leitor é um elaborador ativo que busca entender o texto como parte de um todo maior, ou seja, em seu contexto histórico e em suas implicações para aquele momento e para o futuro.

Compreender, no sentido hermenêutico, implica a possibilidade de interpretar, de estabelecer relações e, como consequência, tirar diversas conclusões, mas sempre acaba sendo um compreender-se também, e daí a unidade sujeito-objeto. É na *compreensão histórica* que surgem os vínculos concretos das tradições e dos costumes e, ainda, as correspondentes possibilidades do futuro. Cultiva-se uma polaridade entre estranheza e familiaridade como forma de esclarecer as condições nas quais surgem a fala, os textos e os discursos.

Por seu turno, a dialética, ainda de acordo com Minayo (2002), é a forma mesma como a realidade se desenvolve, pois no universo tudo é movimento e transformação e nada permanece como é. Hegel considerava que, antes de tudo, um espírito pensou o universo, embora tanto o espírito quanto o universo encontrem-se em transformação. Metodologicamente falando, a dialética seria o estudo da oposição das coisas entre si, pois a realidade é um todo dinâmico, em permanente desenvolvimento, em unidade de contrários, cujo conhecimento é um processo de conquistas de verdades relativas como parte de uma verdade única e absoluta.

A grande contribuição marxista para a dialética foi a de inverter a visão *hegeliana* de primazia do pensamento sobre a ação na construção da realidade para orientá-la a partir de sua base material, de sua historicidade, entendendo que, do ponto de vista da história, nada existe de eterno, fixo (estático) e absoluto. Cada coisa é um processo, uma marcha, um tornar-se. Além disso, existe um encadeamento (espiral) histórico/temporal nos processos. O futuro pode ser considerado como uma promessa que poderá ou não acontecer, mas nunca será mera repetição.

No cerne da dialética está a idéia basilar de que cada coisa traz em si sua contradição, sendo levada a se transformar no seu contrário. Assim, uma coisa é, ao mesmo tempo, ela mesma e seu contrário e qualquer coisa que se concretize é apenas um momento, uma síntese de sua afirmação e de sua negação. A quantidade se transforma em qualidade, pois perde sua natureza fixa e estável, como estados ou situações momentâneas, em transformação incessante, motivada por mudanças interiores. Nos processos de transformação as mudanças são quantitativas e, ao mesmo tempo, qualitativas.

Integrando compreensão e crítica

Ao considerar que hermenêutica e dialética são métodos compatíveis e, mais que isso, complementares, Minayo (2002) vê na articulação de ambas uma forma de superação das limitações de uma e de outra abordagem e que juntas podem resultar numa postura teórico-metodológica, ao mesmo tempo, compreensiva e crítica de análise da realidade social. Entretanto, suas semelhanças e diferenças devem ser bem entendidas.

A dialética marxista, procurando articular os pólos da objetividade e da subjetividade, considera a vida social como o único valor comum, capaz de reunir todos os seres humanos de todos os lugares, no que coincide com a hermenêutica, que considera o terreno da intersubjetividade como o lugar da compreensão. Além disso, a dialética marxista reafirma que toda vida humana é social e está sujeita às leis históricas, numa perspectiva muito próxima à hermenêutica de Gadamer.

A diferença dá-se, no entanto, quando a hermenêutica, ao buscar as bases do consenso e da compreensão na tradição e na linguagem, esquece-se, segundo uma perspectiva dialética, de que esse contexto não é apenas o espaço da verdade ou do consenso, mas também da falsidade, pois é atravessado por interesses e pela sua imposição em bases violentas. A linguagem, particularmente, é entendida não só como veículo de comunicação, mas de dificuldades de comunicação, pois seus significantes, com significados aparentemente iguais para todos, escondem e expressam a realidade conflitiva de desigualdades, da dominação, da exploração e, ainda, da resistência e da conformidade. Seria, portanto, muito mais um meio de dominação social do que um consenso.

Enquanto a hermenêutica busca a compreensão, o método dialético introduz o princípio do conflito e da contradição como constitutivos da realidade e, portanto, essenciais para sua compreensão. A razão e a pesquisa, mais que do que interpretar e compreender a realidade social, podem exercitar a crítica e superar pré-juízos. Assim, a dialética marxista considera que as relações sócio-históricas (dinâmicas, antagônicas e contraditórias) entre classes, grupos e culturas são o fundamento da comunicação humana e como nada se constrói fora da história, qualquer texto (em sentido amplo) precisa ser lido em função do contexto no qual foi produzido, porque só poderá ser entendido na totalidade dinâmica das relações sociais de produção e reprodução nos quais se insere.

Outro ponto de encontro entre a hermenêutica e a dialética está na proposição de que os seres humanos não devem ser considerados apenas como objetos de investigação, mas como sujeitos de relações. Para Gadamer, a principal deformação das CHS não começou quando se tentou aplicar ao estudo das comunidades os métodos das ciências físico-químicas, mas quando considerou-se a comunidade um objeto de estudo.

Nesse contexto, a dialética propõe a superação tanto do quantitativismo quanto do qualitativismo na pesquisa. No primeiro caso, quando a pesquisa desconsidera o que há de essencial nos processos constitutivos da realidade objetiva (passagem de uma qualidade à outra) e, no segundo caso, quando focaliza apenas a especificidade e a diferenciação interna dos fenômenos, desconsiderando o conjunto e a configuração unitária como realização da realidade objetiva. Na verdade, a oposição quantitativo-qualitativo é falsa e só faz sentido numa perspectiva didática, para distinguir um procedimento de outro.

Uma análise hermenêutico-dialética busca, portanto, apreender a prática social empírica dos indivíduos em sociedade em seu movimento contraditório. Levando em conta que vivem em uma determinada realidade, pertencem a classes, grupos e segmentos diferentes, são condicionados por tal momento histórico e, por isso, podem ter, simultaneamente, interesses coletivos que os unem e interesses particulares que os distinguem e os contrapõem. Sendo assim, a orientação dialética de qualquer análise diz que é fundamental realizar a crítica das idéias expostas nos produtos sociais (discursos, textos, instituições, monumentos) buscando, na sua especificidade histórica, a cumplicidade com seu tempo e nas diferenciações internas, sua contribuição à vida, ao conhecimento e às transformações.

Vimos que, enquanto a hermenêutica, assentada no presente, penetra no sentido do passado, da tradição, do outro, do diferente, buscando alcançar o sentido das mais diversas formas de texto, a dialética, enfatizando a diferença, o contraste, a dissensão e a ruptura do sentido, dirige-se contra o seu tempo. Nesse sentido, são momentos necessários da produção da racionalidade em relação aos processos sociais constituídos de forma complexa.

Um olhar interpretativo-dialético na CI

A discussão que está colocada pode indicar, portanto, novas pistas e caminhos para a CI, seus pesquisadores e profissionais. Vê-se que não tem sido possível a construção de uma CI puramente técnica/fisicista e sem sujeito e, assim, caminhar mais proximamente às CHS tem se mostrado promissor.

Faz sentido a tese de Capurro (2003), quando indica que a CI nasce no paradigma físico, sendo imediatamente questionado pela abordagem cognitivista,

idealista, individualista que, por sua vez, é rediscutida no contexto de um paradigma pragmático e social, inaugurando uma nova epistemologia social. Entende-se que é esse paradigma o que vai assumir, plena e radicalmente, a informação como um fenômeno ligado à interpretação, num contexto sócio histórico, ampliando as referências e balizas colocadas anteriormente.

A partir disso, pode-se dizer que os fenômenos informacionais são mediados pela cultura e que sua abordagem, que é complexa, pode ser beneficiada pela hermenêutica como sistema epistemológico filosófico.

A principal lição que pode ser tirada das descobertas da hermenêutica dizem respeito à idéia de interpretação, a partir do momento em que evidencia-se que a recepção não é meramente um lugar de representação, fiel ao texto ou à informação, e passa-se a visualizar um sujeito-receptor que interpreta, cria e vai além do próprio texto-informação. Ao mesmo tempo, também o autor ou produtor do texto ou informação não se esgota ali, no seu texto ou no seu sistema de informação.

Sob essa inspiração, novas possibilidades de pesquisa surgem e com isso novas tentativas podem e devem ser feitas, sobretudo nesse momento de efervescência, o qual, dentre outras possibilidades, pode ser caracterizado pelo surgimento da idéia de informação como um fenômeno sócio-cultural, que deve ser entendido numa perspectiva histórica, ou seja, de transformações produzidas por conflitos e disputas políticas e, portanto, como um fenômeno inserido nas relações de dominação e poder entre os sujeitos e as classes sociais.

Information and interpretation: a theoretical-methodological approach

Information science (IS) is going through a particular stage, in which the so called physical and cognitivist paradigms are under discussion and the social paradigm gains space. It is observed that the term information has been used in IS with the meaning of interpretation, as an alternative to the idea of representation and that an approximation of hermeneutics with dialectics could be a theoretical-methodological reference for the field. This paper synthesizes readings about qualitative research in the human and social sciences as applied to information studies.

Key-words: *Information Science; Qualitative methods; Representation; Interpretation ; Hermeneutics; Dialectics.*

Referências

CAPURRO, Rafael. Epistemología y ciencia de la información. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

CAPURRO, Rafael.; HJORLAND, Birger. The concept of information. In: WILLIAMS M. E. (Ed.). *Annual review of information science and technology*, Medford, NJ: Information Today, 2003. v. 37.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Hermenêutica-Dialética como caminho do pensamento social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suelly Ferreira (Org.) *Caminhos do pensamento: epistemologia e método*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WERSIG, Gernot. Information science: the study of postmodern knowledge usage. *Information Processing e Management*, v. 29, n. 2, p. 229-240, Mar./Apr. 1993.